

Operação Tempus Veritatis

Ex-assessor Filipe Martins é transferido para presídio da Lava Jato

Defesa apresenta passagens para provar que ex-auxiliar de Bolsonaro não deixou o Brasil e pede a revogação da prisão

MARCELO GODOY

Suspeito de participar da tentativa de um golpe de Estado, o ex-assessor especial para assuntos internacionais da Presidência Filipe Martins foi transferido da prisão da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba para uma cela no Complexo Médico-Penal, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, que ficou conhecido como o presídio da Operação Lava Jato. Anteriormente, a defesa entrou com pedido de revogação da prisão preventiva.

Segundo o advogado Ricardo Fernandes, a defesa foi avisada pela PF de que a ordem para a movimentação do preso foi dada em e-mail enviado pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Mais tarde, o STF informou que não houve nenhuma decisão de Moraes ou da Corte no caso. De acordo com o tribunal, a transferência foi realizada pela própria PF, após a prisão e audiência de custódia, “como fazem com todos os presos que têm a preventiva decretada”.

Martins, apontado como integrante do chamado “gabinete do ódio” que atuou durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), foi ouvido anteriormente pela PF. Ele negou ter se ausentado do País no dia 30 de dezembro de 2023 em companhia de Bolsonaro, que viajou para Orlando, na Flórida (EUA).

PASSAGENS. O ex-assessor apresentou, por meio de sua defesa, documentos que, de acordo com o advogado, comprovariam que ele permaneceu todo o tempo no Brasil. São as passagens aéreas da Latam de Brasília para Curitiba, no dia 31 de dezembro, dele e de sua mulher, com os respectivos comprovantes de despacho de bagagem em seu nome. De Curitiba, o ex-assessor rumou para Ponta Grossa (PR), onde ficou desde então na casa do sogro. Foi ali que ele foi preso na Operação Tempus Veritatis. “Em momento algum ele se ausentou do País. Não há, portanto, razão para a manutenção da prisão preventiva”, disse o defensor.

Ao representar pela decretação da prisão preventiva de Martins, a PF alegou que ele havia deixado o País no dia 30 sem registro na alfândega, o que provaria que a entrega de seu passaporte não seria medida suficiente para evitar o risco de fuga. A Procuradoria-Geral da República concordou



Filipe Martins foi preso pela PF no dia 8, em Ponta Grossa, no Paraná

Valdemar corta salário de Braga Netto e de coronel no PL

O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, suspendeu os salários pagos pela sigla ao general Walter Braga Netto e ao coronel Marcelo Câmara. Os dois foram alvo da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que apura suspeita de tentativa de um golpe de Estado. Valdemar também é investigado.

Ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, Braga Netto foi candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro na eleição de 2022. Já Marcelo Câmara atuou no governo passado como um dos assessores mais próximos do ex-chefe do Executivo federal.

Valdemar cortou os pagamentos desde que foi proibido de se comunicar com outros investigados no inquérito sobre a tentativa de golpe, por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A informação foi revelada pelo g1 e confirmada pelo Estadão.

A prestação de contas do PL 2023 mostra que Braga Netto ganhava salário de R\$ 28 mil da legenda por “serviços técnico-profissionais”. No total, o general recebeu R\$ 386.183,55 do partido no ano passado. Marcelo Câmara recebia R\$ 18 mil por mês da legenda.

Na investigação da PF sobre a trama de um golpe de Estado, Braga Netto é apontado como integrante de dois núcleos. Marcelo Câmara, por sua vez, era do núcleo de inteligência paralela da “organização criminosa” sob investigação. ● JULIANO GALISI

“O nome dele constava da lista dos convidados para a viagem, mas ele disse ao Bolsonaro que não iria, e não embarcou. Não há, portanto, razão para a manutenção da prisão preventiva”

Ricardo Fernandes
Advogado de Filipe Martins

com o argumento, e Moraes decretou a prisão do investigado. “Houve um erro. O nome dele constava da lista dos convidados do presidente para a viagem, mas ele disse ao Bolsonaro que não iria, que ia para a casa do sogro, e não embarcou”, afirmou o advogado.

‘COAÇÃO’. Ainda no depoimento de anteontem, Martins con-

trariou versão dada pelo ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, em delação premiada, e negou ter entregado uma “minuta do golpe” ao ex-presidente. Aos investigadores, disse ainda que não via razões para delatar nada, pois nunca participou de nenhuma reunião com militares ou discutiu qualquer tipo de ruptura da ordem democrática do País.

Para o advogado, a transferência de seu cliente para o Complexo Médico-Penal, em Pinhais, “parece uma coação para forçar uma delação”. “Ele foi colocado em um presídio comum, onde estão estupradores, ladrões e outros presos.”

Segundo ele, o tratamento dado a Martins, que é um preso provisório, é mais gravoso do que o dado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que era um preso condenado. “Lula ficou o tempo todo na PF.” No Complexo de Pinhais, seu cliente permanecerá os primeiros 30 dias isolado em uma cela da chamada “inclusão”, sem direito a receber visitas, além da de seus advogados.

Delação de Mauro Cid Martins foi citado como o responsável por entregar uma ‘minuta do golpe’ a Bolsonaro. Ele nega

Em razão dos novos documentos e da declaração do porteiro do prédio do sogro de Martins, que atestaria a permanência do ex-assessor em Ponta Grossa, a defesa entrou com um pedido de revogação da prisão preventiva e agora aguarda nova decisão de Moraes.

“Reafirmo: houve um erro. Bastava a PF verificar a localização do celular do Filipe por meio dos dados das estações rádio-base ou pedir informações à imigração americana sobre a saída de lá ou os dados da companhia aérea para descobrir o engano e verificar que não há razão para mantê-lo preso”, disse o advogado do ex-assessor de Bolsonaro. ●

Caso de Roma

Delegados da PF criticam OAB e falam em ‘intimidação’

RAYSSA MOTTA

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entraram em pé de guerra por causa da exposição de conversas do empresário Roberto Mantovani com seu advogado.

A OAB pediu que o delegado Hiroshi de Araújo Sakaki seja punido pela inclusão de transcrições e prints dos diálogos em um dos relatórios da inves-

tigação do entrevero envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e sua família no aeroporto de Roma.

O presidente da OAB, Beto Simonetti, disse que houve violação “grave” das prerrogativas dos advogados e que o delegado deve responder por abuso de autoridade. Os delegados reagiram e divulgaram ontem um comunicado em que classificam a iniciativa da OAB como “inaceitável”.

“Qualquer tentativa de pres-

ionar a condução de investigações pode provocar prejuízos irreparáveis ao sistema de persecução penal e à própria democracia”, diz a nota.

‘TRATATIVAS’. As conversas estão em um documento produzido em dezembro do ano passado e apresentado ao STF junto às conclusões da PF no inquérito. É um relatório da perícia feita nos celulares apreendidos com o empresário e sua família. A Polícia Federal dedica uma seção ao que chama de

“tratativas de Roberto com seu advogado”. São 11 páginas que descrevem trocas de mensagens entre a família e o criminalista Ralph Tórtima Filho.

No relatório da perícia, a PF destaca que o advogado orientou a família a não falar com a imprensa e pediu um relato completo do episódio no aeroporto, com a sugestão de que a descrição fosse enviada de outro celular.

Em outro trecho do documento, a PF expõe o rascunho, enviado pelo advogado, das

versões que deveriam ser dadas pela família em depoimento. O ministro Dias Toffoli, relator do inquérito, determinou que todas as transcrições fossem excluídas dos autos.

AADPF destacou que o documento não foi produzido por Hiroshi Sakaki e que ele não poderia “omitir qualquer dado ou informação”. “É dever do delegado de Polícia Federal acostar aos autos do inquérito policial todas as provas e elementos de informação coletados durante a investigação.” ●